GUILHERME ROSSINI MARTINS

**A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SEUS
ASPECTOS PROCESSUAIS**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Walter Piva Rodrigues

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

GUILHERME ROSSINI MARTINS

**A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SEUS
ASPECTOS PROCESSUAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Walter Piva Rodrigues.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

Catálogo da Publicação

Martins, Guilherme Rossini

A desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais.
/ Guilherme Rossini Martins. - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.
177f.

Orientador: Professor Doutor Walter Piva Rodrigues.

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de
Pós-Graduação em Direito, área de concentração, Direito Processual, 2019.

1. Desconsideração da personalidade jurídica. 2. Incidente de
desconsideração da personalidade jurídica. 3. Aspectos processuais -
desconsideração da personalidade jurídica. I. Rodrigues, Walter Piva. II.
Título.

CDU

Nome: MARTINS, Guilherme Rossini

Título: A desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Walter Piva Rodrigues.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Aos meus pais, Tânia e Rogério.

Eu sou o que vocês são.

AGRADECIMENTOS

É consabida a lição de John Mayra Donne segundo a qual nenhum ser humano é uma ilha. Consoante a sábia lição de vida esboçada pelo poeta, depreende-se que os seres humanos estão em intensa cooperação, a fim de atingir objetivos em vida; objetivos que, muito embora possam parecer singelos, entram para a eternidade, pois ficam registrados para aqueles que vêm posteriormente.

Na elaboração desse trabalho, durante todo o período de estudos, foi essencial o apoio de familiares, professores e amigos, porquanto bem disse Isaac Newton: “Se cheguei até aqui foi porque me apoiei no ombro de gigantes”. E que gigantes foram esses que me serviram de suporte até aqui!

Assim sendo, mostra-se inevitável não iniciar esses breves agradecimentos àquele que foi responsável por me apontar o norte na vida acadêmica e pessoal, Professor Walter Piva Rodrigues. Professor, todas as palavras do nosso idioma não são suficientes para expressar o quanto me honra ter sido seu orientando. Obrigado por todas as oportunidades concedidas e, principalmente, por toda a ajuda que o senhor me deu. Termino essa jornada com a certeza de que, além de um orientador e professor, tenho um amigo em quem posso confiar nos momentos mais difíceis da vida.

Também se mostra imperioso agradecer aos Professores José Rogério Cruz e Tucci e Heitor Vitor Mendonça Sica pelas considerações tecidas durante exame de qualificação. Ambos tiveram contribuição decisiva, à medida que fizeram sugestões muito bem abalizadas acerca da necessidade de ampliação do tema proposto, razão pela qual esse trabalho também é, em alguma medida, produção destes.

Agradecimento especial também deve ser feito aos amigos, pois como dizia o sambista: “A amizade nem mesmo a força do tempo irá destruir”. E também não menos importante, rememore-se Milton Nascimento que, com sua Canção da América, expõe de forma categórica que “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito, mesmo que o tempo e a distância digam não”. Desse modo, agradeço àqueles que estiveram presentes de alguma forma durante esse período: Bruno, Cristianne, Felipe, Guilherme, João Pedro, Lucas, Mariana, Pedro, Ricardo e Zeus.

Agradeço também à minha namorada, que esteve presente durante toda a elaboração desse trabalho. Como certa vez bem disse Vinícius de Moraes: “De tudo, ao meu amor serei atento antes / E com tal zelo, e sempre, e tanto / Que mesmo em face do maior encanto / Dele se encante mais meu pensamento”. Vanessa, você me encanta mais a cada dia que passa. Diante de todos os encantos da vida, você é o meu maior. Muito obrigado por existir e me apoiar sempre.

Também agradeço a compreensão de todos aqueles que fizeram parte da minha vida profissional durante essa jornada. A todos os colegas e servidores que trabalharam comigo na Procuradoria da Fazenda Nacional em Mato Grosso e a todos que trabalham comigo na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de Osasco. Seguramente, o trabalho não teria sido produzido sem a ajuda diária desses profissionais.

Por fim, agradeço a meus pais, avós e bisavó. Rogério e Tânia, vocês são o motivo de me fazer levantar a cada manhã. O amor que sinto por vocês é imensurável. Também se cheguei até aqui foi graças a meus avós, Antônio e Marlene, e à minha bisavó, Maria Conceição. Dentro de mim, ainda mora aquele pinguinho de gente banguela que saía correndo pela sala, a derrubar móveis e peças decorativas. Ainda mora aquele garoto teimoso que não queria fazer as lições escolares. E com este, ainda mora o mesmo amor que aquele garoto sentia por vocês quando pequeno.

RESUMO

MARTINS, Guilherme Rossini. *A desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais*. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Essa dissertação visa a desenvolver o tema da desconsideração da personalidade jurídica, com enfoque em sua influência diante dos diversos institutos processuais. Vive-se um momento de necessidade de nova delimitação dos aspectos processuais da desconsideração de personalidade jurídica. Isso porque, diferentemente do Código de Processo Civil de 1973, o Código de Processo Civil de 2015 (L. 13.105/2015) inovou ao prever o “incidente de desconsideração da personalidade jurídica”, instituto destinado a regulamentar processualmente a desconsideração episódica da personalidade jurídica. A opção do legislador em instituir um específico procedimento revela nítida preocupação em se observarem os princípios do contraditório e da ampla defesa ao citado no incidente, além de, em última análise, caminhar ao encontro dos reclamos de eficiência e economia processuais. Assim, analisar-se-á as alterações empreendidas pelo novo diploma processual brasileiro, sem olvidar para as discussões doutrinárias travadas sob a égide do Código revogado. Apenas mediante análise dessas discussões será possível analisar se o Código, de fato, atendeu aos propósitos a que se propôs. Com efeito, buscar-se-á tratar exaustivamente o instituto sob o prisma eminentemente processual, ainda que, inicialmente, algumas considerações acerca do direito material se revelem necessárias.

Palavras-chave: Desconsideração da personalidade jurídica – incidente de desconsideração da personalidade jurídica – aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica

ABSTRACT

MARTINS, Guilherme Rossini. *Disregard of legal entity and its procedural aspects*. 2019. 177p. Thesis (Master in Law) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

This thesis aims to develop the topic of disregard of the legal entity, focusing on its influence before the various procedural institutes. There is a moment of need for a new delimitation of the procedural aspects of disregard doctrine. This is because, unlike the Code of Civil Procedure of 1973, the Code of Civil Procedure of 2015 (L. 13.105 / 2015) innovated in predicting the "incident of disregard of legal entity", an institute designed to regulate procedurally the disregard of legal entity. The legislator's choice to create a specific procedure reveals a concern to ensure the adversarial principle and the legal defense to the defendant in the incident, in addition to, ultimately, to assure the demands of procedural efficiency and economy. Thus, the changes undertaken by the new Brazilian procedural law will be analyzed, considering the doctrinal discussions under the old Code. Analyzing these discussions it will be possible to conclude whether the new Code, in fact, served the purposes for which it was proposed. In fact, it will be studied procedural aspects, even though, initially, some considerations about theory of disregard of legal entity may prove necessary.

Keywords: Disregard of legal entity - incident of disregard of legal entity - procedural aspects of disregard of legal entity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
PARTE I. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	13
2. CONSTRUÇÃO DOGMÁTICA DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	13
2.1. Teorias civilistas	16
2.1.1. Teoria unitária.....	17
2.1.2. Teoria binária.....	17
2.2. Teorias processualistas	19
3. RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA E RESPONSABILIDADE SECUNDÁRIA	21
PARTE II. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	25
4. A PESSOA JURÍDICA E A LIMITAÇÃO PATRIMONIAL	25
4.1. A personalidade jurídica e seus efeitos.....	25
4.2. A limitação da responsabilidade patrimonial e a crise da pessoa jurídica.....	29
5. OS PRIMEIROS CASOS NOS TRIBUNAIS E A CONCEPÇÃO INICIAL DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA DOUTRINA ESTRANGEIRA.....	33
5.1. O paradigmático caso “Salomon vs. Salomon & Co”	34
5.2. A doutrina de Rolf Serick	35
5.3. A doutrina de Müller-Freienfels	37
6. A INTRODUÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO.....	39
6.1. A contribuição de Rubens Requião	39
6.2. Fábio Konder Comparato e o poder de controle.....	40
6.3. A contribuição de Lamartine Corrêa de Oliveira.....	41
7. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO INEFICÁCIA EPISÓDICA	45
8. OS FUNDAMENTOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	47
8.1. Desconsideração da personalidade jurídica para fins de responsabilidade.....	47
8.1.1. Confusão patrimonial, confusão de esferas e desconsideração inversa.....	47
8.1.2. Subcapitalização	49
8.1.3. Simples inadimplência em determinados tipos de obrigações.....	50
8.1.4. Fraude e abuso da personalidade jurídica	52

8.2. Desconsideração da personalidade jurídica para fins diversos de responsabilização	53
8.3 Esforço de síntese	54
9. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA OU RESPONSABILIDADE SECUNDÁRIA?	57
10. PANORAMA DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	63
PARTE III. ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	67
11. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	67
12. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DEDUZIDA EM PROCESSO AUTÔNOMO	69
13. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO: DEMANDA, INCIDENTE PROCESSUAL, PROCESSO INCIDENTAL E QUESTÃO INCIDENTAL	73
13.1. Conceito de ação, demanda, pedido e petição inicial	73
13.2. Conceitos de questão incidental, incidente processual e processo incidental	75
13.3. O conceito de mérito e sua relação com a desconsideração da personalidade jurídica	77
13.4. Natureza jurídica do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	80
14. ELEMENTOS DA DEMANDA NA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	83
14.1. Elemento subjetivo: partes	83
14.1.1. Legitimidade processual ativa	84
14.1.2. Legitimidade processual passiva	86
14.1.3. Litisconsórcio	88
14.2. Elemento subjetivo: intervenção de terceiros	94
14.2.1. Assistência	95
14.2.2. Denúnciação da lide	98
14.2.3. Chamamento ao processo	102
14.2.4. <i>Amicus curiae</i>	103
14.2.5. Nomeação à autoria como tópico da contestação ou defesa	106
14.3. Elementos objetivos	107
14.3.1. Causa de pedir	107
14.3.2. Pedido	109

15. COMPETÊNCIA	115
16. MECANISMOS DE IMPUGNAÇÃO	121
16.1. Defesa no incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, impugnação, embargos do devedor e embargos de terceiro	121
16.2. Recursos.....	126
16.3. Ação rescisória.....	130
16.4. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica (querela nullitatis insanabilis)	132
17. COISA JULGADA	135
17.1. Coisa julgada em Liebman e nos Códigos de Processo Civil de 1973 e 2015	135
17.2. Delimitação conceitual da coisa julgada: trânsito em julgado, coisa julgada formal e coisa julgada material.....	137
17.3. Limitação subjetiva da coisa julgada, limites subjetivos da executóriedade e desconconsideração da personalidade jurídica	139
18. PROCEDIMENTO INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA	143
18.1. Petição inicial.....	143
18.2. Anotação no distribuidor e fraude de execução.....	145
18.3. Suspensão.....	148
18.4. Honorários advocatícios sucumbenciais e despesas processuais.....	151
18.5. Tutela provisória	152
18.5.1. Tutelas provisórias de urgência	153
18.5.2. Procedimento da tutela antecipada	156
18.5.3. Procedimento da tutela cautelar.....	159
18.5.4. Distinção entre tutela antecipada e tutela cautelar na desconconsideração da personalidade jurídica	160
19. CONCLUSÕES	165
REFERÊNCIAS.....	171

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver o tema da desconsideração da personalidade jurídica, com enfoque em sua influência diante dos diversos institutos processuais.

Vive-se um momento de necessidade de nova delimitação dos aspectos processuais da desconsideração de personalidade jurídica, sobretudo à luz das inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015.

A opção do legislador processual em instituir um regramento específico a respeito da matéria revela nítida preocupação em se observarem os princípios do contraditório e da ampla defesa, além de, em última análise, caminhar ao encontro dos reclamos de eficiência e economia processuais. Assim, analisar-se-á as alterações empreendidas pelo novo diploma processual brasileiro, fazendo uso das discussões doutrinárias travadas sob a égide do Código revogado, no que for cabível para tratamento da matéria hodiernamente.

Mediante análise dessas discussões será possível analisar se o Código, de fato, atendeu aos propósitos a que se propôs. Com efeito, buscar-se-á tratar exaustivamente o instituto sob o prisma eminentemente processual, ainda que, inicialmente, algumas considerações acerca do direito material se revelem necessárias.

Nesse sentido, a primeira parte se preocupará em analisar a responsabilidade patrimonial, tema caro ao estudo da desconsideração da personalidade jurídica. Mostra-se elementar, portanto, conceituar a responsabilidade patrimonial, oferecendo contornos a respeito de sua natureza jurídica e de seu campo de atuação.

Num segundo momento, na segunda parte do trabalho, as discussões acerca da responsabilidade patrimonial darão lugar ao debate sobre a crise da limitação de responsabilidade patrimonial, à luz da crise da função da personalidade jurídica.

Dando sequência ao tema proposto para o trabalho, a segunda parte tratará da desconsideração da personalidade jurídica, caminhando desde o seu surgimento jurisprudencial no direito estrangeiro aos contornos normativos brasileiros hodiernos. Ao final da segunda parte, restará que a desconsideração da personalidade jurídica não ganhava contornos processuais claros na legislação brasileira, o que, em regra, resultava em crise de contraditório.

Por fim, na terceira parte do presente trabalho, serão analisados detidamente os aspectos processuais e procedimentais envolvendo a desconconsideração da personalidade jurídica, com esteio nas inovações empreendidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Ao final do trabalho, concluir-se-á que o novo diploma processual representou novidade vindoura para atingimento dos primados do contraditório e ampla defesa no que atine à desconconsideração da personalidade jurídica, em que pese à existência de alguns problemas de regulamentação procedimental.

19. CONCLUSÕES

Diante de tudo o que foi exposto, é momento de concluir o trabalho a partir das considerações empreendidas anteriormente.

A existência da pessoa jurídica decorre da complexidade da vida em sociedade, que, diante da necessidade de envidar esforços para consecução de objetivos comuns ou de interesse social, sugere ao direito equiparar à própria pessoa humana certos agrupamentos de indivíduos e certas destinações patrimoniais, atribuindo-lhes personalidade e capacidade para agir. Com isso, estabelece-se um centro de interesses autônomo e distinto dos membros que a compõem, considerados individualmente em seus interesses, chegando, em alguns casos, à limitação de responsabilidade patrimonial.

Se por um lado a separação de patrimônios e a limitação de responsabilidade incentivaram a captação de capitais, externalizando grande parte dos custos dos empreendimentos decorrentes dos riscos da atividade empresarial, a fraude, enquanto elemento intrínseco à convivência humana, passou a ser observada na utilização desses institutos. Modernamente, diante da complexidade das relações sociais (v.g., sociedade de consumo, coligação de sociedades mercantis, controle individual de grupos econômicos etc.), tem-se percebido que a distinção patrimonial entre sociedade e integrantes, em vez de consagrar regras de justiça social, tem servido de escudo para a prática de atos ilícitos e comportamentos fraudulentos.

Daí porque se fala em crise do sistema e da função da pessoa jurídica. O tema da desconsideração da personalidade jurídica se insere nesse contexto. Primariamente, coube aos Tribunais oferecer o embrião da teoria da desconsideração, sendo certo que as tentativas de sistematização doutrinária de uma teoria logicamente orientada a essa finalidade surgiram apenas num segundo momento e, ainda assim, de forma confusa e desordenada.

Em última análise, a desconsideração da personalidade jurídica resulta da necessidade de elaborar uma teoria que seja capaz de combater o abuso da personalidade, a fraude e o mau uso da pessoa jurídica enquanto ente autônomo de interesses em relação a seus sócios. É preciso registrar, todavia, que a teoria não visa a extinguir a pessoa jurídica e nem mesmo a anular seus atos constitutivos. Visa apenas a declarar a ineficácia episódica da separação patrimonial, como forma de alcançar aqueles que abusaram do direito da

personalidade da pessoa jurídica (mormente o princípio da separação patrimonial daí decorrente), ou dele fizeram mau uso.

Nesse contexto, diversas teorias tentaram oferecer uma delimitação adequada à desconconsideração sob a óptica do direito material. A existência de uma panaceia doutrinária contribuiu para produzir resultados deficitários em termos processuais. É certo, no entanto, que o elemento característico do método de desconconsideração da personalidade jurídica está em buscar o fundamento na atividade societária e não em um determinado ato.

Diante da necessidade de análise dos pressupostos da desconconsideração em cada caso - mormente se considerarmos os diversos tipos de teorias que tentam delinear as hipóteses de desconconsideração, bem como as diversas leis esparsas que regulamentam os pressupostos de aplicação do instituto -, decorre a obrigatoriedade de que exista um procedimento específico, com garantia de contraditório e ampla defesa, a fim de que a desconconsideração seja realizada sem maiores ofensas à personalidade jurídica e à autonomia patrimonial.

Em regra, a desconconsideração sob a óptica do direito processual se insere como tema a ser tratado no âmbito da responsabilidade patrimonial. Daí porque se realizou estudo dogmático da responsabilidade patrimonial, que se insere no contexto da aplicação da vontade sancionatória estatal sobre o patrimônio do sujeito, dependendo, para tanto, da observância de determinados pressupostos, mormente a necessidade de observância do primado do devido processo legal. Nesse diapasão, faz-se imperiosa a existência de processo executivo, embasado em título executivo. Apenas a partir de então as medidas executórias poderão ser impostas, fazendo com que haja devida atuação do direito substancial.

Para fins classificatórios, também se dividiu a responsabilidade patrimonial em responsabilidade primária e secundária, a partir da divisão existente ou não entre as figuras do devedor/obrigado e do responsável, devendo-se sempre olhar a questão sob o prisma dos sujeitos passivos que figuram no título executivo. Na responsabilidade primária, as figuras do devedor/obrigado e responsável se mostram coincidentes. De outra parte, na responsabilidade secundária, as figuras se mostram divorciadas.

Foi visto que essa discussão é importante, porque a depender do modo como a desconconsideração é conceituada, alguns autores defendem que haverá alteração quanto ao regime jurídico aplicável, notadamente no que atine à aplicação do regime da subsidiariedade por ocasião da responsabilização. Todavia, discordou-se desse entendimento.

Conclui-se que a responsabilidade do terceiro na desconsideração será subsidiária, independentemente de figurar no título executivo (responsabilidade primária) ou de ser demandado apenas no cumprimento de sentença ou processo de execução via incidente (responsabilidade secundária). A diferença de regime jurídico aplicável num caso ou noutro diz respeito tão só e unicamente à necessidade de instauração de incidente durante o cumprimento de sentença ou processo executivo, não havendo qualquer influência quanto às discussões que envolvem benefício de ordem, uma vez que este sempre se encontrará presente, vez que inexistente norma expressa autorizativa de solidariedade passiva na hipótese.

De todo modo, convém ressaltar que a técnica processual adotada pelo Código de Processo Civil de 2015 para decretação da desconsideração da personalidade jurídica não só logrou por conferir maior previsibilidade e segurança jurídica por ocasião da aplicação do instituto - uma vez que estipulou uma série de regras procedimentais -, mas também estabeleceu a necessidade de observância dos primados do contraditório e da ampla defesa (corolários do *due process of law*).

Anteriormente à vigência do Código de Processo Civil de 2015, a doutrina processual tinha dificuldade em definir o modo como a desconsideração poderia ser decretada. Para uma primeira vertente, haveria necessidade de processo autônomo de conhecimento para promover a desconsideração da personalidade jurídica. De outra parte, para uma segunda vertente, a desconsideração poderia ser decretada incidentalmente, no bojo do processo executivo. Por fim, para uma terceira vertente, a desconsideração poderia ser decretada incidentalmente na execução ou mediante demanda autônoma, a depender do caso concreto trazido a juízo. Também havia discussão acerca da necessidade ou não de citação prévia do terceiro desconsiderando, anteriormente à decretação da desconsideração.

Nesse ponto, em boa hora vieram as inovações trazidas pelo diploma processual civil de 2015, que passou a disciplinar em seus arts. 133 a 137 o intitulado “incidente de desconsideração da personalidade jurídica”, inserindo-o como uma das modalidades de intervenção de terceiros, sendo certo que este poderá ser instaurado não apenas nos processos em que se deduz tutela condenatória-executiva, mas também nos quais se buscam tutelas constitutivas (constituição, modificação ou extinção de relação jurídica) ou mesmo nas situações em que se busca tutela de mera certeza jurídica, como nas tutelas declaratórias.

Nesse mister, o objetivo do Código de Processo Civil de 2015 é hialino: estabelecer balizas procedimentais para que a personalidade jurídica possa ser afastada mediante adoção

de previsibilidade normativa e segurança jurídica. E, principalmente, garantir a observância dos primados do contraditório e da ampla defesa, a fim de que não haja violação do *due process of law*, por ocasião da decretação da desconsideração da personalidade jurídica.

Todavia, não se pode deixar de olvidar que, em que pese à instituição do Código de Processo Civil de 2015 de um incidente específico para decretação da desconsideração da personalidade jurídica, em algumas hipóteses, ainda remanesce a possibilidade de decretação em processo de conhecimento autônomo, independentemente da instauração do incidente de desconsideração. Nesse sentido, dispõe o §2º do art. 134 do Código de Processo Civil de 2015 que o incidente poderá ser dispensado quando a desconsideração for requerida na inicial do processo de conhecimento. No mesmo sentido, o ordenamento jurídico também prevê determinadas hipóteses em que a desconsideração da personalidade jurídica encontra a via do processo autônomo como meio adequado, ou mais viável, diante das particularidades inerentes ao direito material envolvido.

O incidente de desconsideração é estruturalmente autônomo em relação ao procedimento principal originário, constituindo-se em plexo concatenado de atos que se desenvolve independentemente do procedimento originário, ainda que produza consequências jurídicas sobre este. Outrossim, o incidente se encontra vinculado funcionalmente ao processo originário, sendo dele pendente.

Por todo o exposto, reconhece-se o incidente de desconsideração da personalidade jurídica como processo incidental, vez que provoca alteração do objeto litigioso (*meritum causae*), mediante inserção de nova pretensão processual (seja fundada em dívida ou responsabilidade), imanado por nova causa de pedir (fundamentos para decretação da *disregard*).

Diante dessa natureza jurídica, as consequências processuais serão distintas se a desconsideração for pleiteada em processo autônomo ou em processo incidental, podendo haver distinções quanto a competência, hipóteses de intervenção de terceiros, recursos cabíveis, necessidade ou não de fixação do valor da causa, recolhimento de custas, honorários advocatícios etc.

Certo é que o Código de Processo Civil de 2015 passa uma mensagem: para haver a ineficácia episódica da personalidade jurídica e da autonomia patrimonial dela decorrente, será necessária a instauração de um processo devidamente orientado a consolidar os valores constitucionais de ampla defesa e contraditório. Apenas dessa forma restará superado o

cenário anterior da promulgação do diploma processual civil de 2015, que contemplava a possibilidade de extensão de responsabilidade patrimonial sem prévia manifestação, com inversão ou, até mesmo, negação dos primados do contraditório e da ampla defesa.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. *A relevância do elemento subjetivo na fraude de execução*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Ed. Aide, 1992.

ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual*: 3ª série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. *Estudos sobre o novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Líber Júrís, 1974.

_____. *O novo processo civil brasileiro*. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela provisória: considerações gerais. In: O NOVO Código de Processo Civil: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015.

BIANQUI, Pedro Henrique Torres. *Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio. *A coisa julgada*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BRASIL. *Código de Processo Civil e normas correlatas*. 7. ed. Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512422/001041135.pdf>.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CARNACINI, Tito. *Contributo alla teoria del pignoramento*. Padova: Cedam, 1936.

CARNELUTTI, Francesco. Diritto e processo nella teoria delle obbligazioni. In: CASTELLARI, Antonio; CALAMANDREI, Piero; CARNELUTTI, Francesco; REDENTI, Enrico; SEGNI, Antonio (A cura di). *Studi di diritto processuale in onore di Giuseppe Chiovenda nel venticinquesimo anno del suo insegnamento*. Padova: CEDAM, 1927.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1980.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. *O poder de controle na sociedade anônima*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3. ed. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1973.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DELLORE, Luiz. *Estudos sobre coisa julgada e controle de constitucionalidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 1.

_____; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 3.

_____; _____. BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução*. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 5.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 5. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2000. v. 1.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2000. v. 2.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. v. 1 e v. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil: execução forçada e cumprimento de sentença*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. v. 4.

_____. *Litisconsórcio*. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2001.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Incidente processual, questão incidental, procedimento incidental*. 1989. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; OLIVEIRA JR, Zulmar. Duarte de. *Processo de conhecimento e cumprimento de sentença: comentários ao CPC de 2015*. São Paulo: Método, 2016.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; BRASIL, Deilton Ribeiro. Análise dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça. In: GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da (Coord.). *Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica: visão crítica da jurisprudência*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIERKE, Otto Friedrich von. *Schuld und Haftung im altern deutschen Recht – insbesondere die Form der Schuld und Haftungs geschafte*. Breslau, 1910.

GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Da desconsideração da pessoa jurídica: aspectos material e processual. *De Jure*: revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 6, p. 53-68, fev./ago. 2006.

GUIMARÃES, Luiz Machado. Preclusão, coisa julgada, efeito preclusivo. In: GUIMARÃES, Luiz Machado. *Estudos de direito processual*. Rio de Janeiro; São Paulo: Jurídica; Universitária, 1969.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. *A execução civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Impetus, 2010.

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Desconsideração da personalidade jurídica societária no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. 2 v.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. Trad. brasileira de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires, trad. dos estudos posteriores à ed. de 1945, com notas relativas ao direito brasileiro vigente de Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Embargos do executado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

_____. *Manual de direito processual civil*. Trad. brasileira de Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2005. v. 1.

_____. *Processo de execução*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

LIMBORÇO, Lauro. Disregard of the legal entity. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 73, n. 579, p. 25-29, jan. 1984.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1966. v. 2.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à execução*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da eficácia*, 1ª parte. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. 14. ed. São Paulo Saraiva, 2015.

MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Responsabilidade executiva secundária: a execução em face do sócio, do cônjuge, do fiador e afins*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Celso. *Coisa julgada civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. *A dupla crise da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1979.

PARENTONI, Leonardo Netto. *Desconsideração contemporânea da personalidade jurídica: dogmática e análise científica da jurisprudência brasileira*. São Paulo: Quartier Latin, 2014. (Jurimetria/Empirical Legal Studies).

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1 e v. 2.

REQUIÃO, Rubens. Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica (*Disregard Doctrine*). *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 58, n. 410, p. 12-24, dez. 1969.

_____. *Curso de direito comercial*. 32. ed. rev. e atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de execução civil*. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 2.

RODRIGUES, Walter Piva. *Coisa julgada tributária*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

RODRIGUES FILHO, Otávio Joaquim. *Desconsideração da personalidade jurídica e processo: de acordo com o Código de Processo Civil de 2015*. São Paulo: Malheiros Ed., 2016.

ROQUE, André; GAJARDONI, Fernando; DELLORE, Luiz; DUARTE, Zulmar. *Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015: parte geral*. São Paulo: Método, 2015.

SALAMA, Bruno Meyerhof. *O fim da responsabilidade limitada no Brasil: história, direito e economia*. 1. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2014.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O novo direito societário*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2015.

SANTOS, Silas Silva. *Litisconsórcio eventual, alternativo e sucessivo no processo civil brasileiro*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Silas Silva. *Modificações subjetivas na execução e o objeto litigioso*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SERICK, Rolf. *Forma e realtà della persona giuridica*. Trad. de Marco Vitale. Milano: Giuffrè, 1966.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Cognição civil do juiz na execução civil*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Doze problemas e onze soluções quanto à chamada “estabilização da tutela antecipada”. In: COSTA, Eduardo José da Fonseca; PEREIRA, Mateus Costa; GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos (Coords.). *Tutela provisória*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 6 – coord. geral: Fredie Didier Jr.).

SILVA, Clóvis do Couto e. *A obrigação como processo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SILVA, Leonardo Toledo da. *Análise crítica do art. 50 do Código Civil: desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade do administrador*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. *A responsabilidade no novo sistema processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SOUZA, André Pagani de. *Desconsideração da personalidade jurídica: aspectos processuais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 2.

_____. *Processo de execução*. 4. ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1978.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. Coimbra: Almedina, 1970.

VERRUCOLI, Piero. *Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella common law e nella civil law*. Milano: Giuffrè, 1964.

VIEIRA, Christian Garcia. *Desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC: natureza, procedimentos e temas polêmicos*. Salvador: Juspodivm, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 3.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. O princípio da fungibilidade sob a ótica da função instrumental do processo. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins Conceição; MELLO, Rogerio Licastro Torres de; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil: artigo por artigo*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. *Responsabilidade dos sócios: a crise da limitação e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório*. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

_____. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC 2015: aplicação a outras formas de extensão da responsabilidade patrimonial. In: PEREIRA, Guilherme Setoguti J.; YARSHELL, Flavio Luiz (Coords.). *Processo societário II: adaptado ao novo CPC – Lei nº 13.105/2015*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo de execução*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.